



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

298
H

1ª Câmara de Direito Público


Agravo nos autos da apelação nº 0242988-3 (NPU nº 0039437-03.2000.8.17.0001)

Agravante: PRO – ÍON LTDA

Agravado: Município do Recife

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO. PROCESSOS COM IDENTIDADE DE PARTES, CAUSA DE PEDIR E PEDIDOS. LITISPENDÊNCIA CONFIGURADA. AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- 1 Verifica-se a ocorrência de litispendência no presente caso, pois tramitou perante a 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital o Processo nº 0031652-68.1992.8.17.0001 (antigo 001.1992.031652-3/00), cujas partes são Município do Recife e PRO-ÍON LTDA, e cujo pedido diz respeito a cobrança de ISS com base no item 01 da lista de serviços constante da Lei nº 15.563/91, no intuito de que tal imposto seja recolhido com base no seu número de profissionais, e não com base em seu faturamento.
- 2 A presente Ação possui exatamente as mesmas partes, além da mesma causa de pedir e pedidos do Processo de nº 0031652-68.1992.8.17.0001. Embora estejam narrados de forma diferente, vê-se que os pedidos e a causa de pedir são idênticos, pois visam modificar a forma de recolhimento do ISS, conforme mencionado acima, para que seja recolhido com relação a cada profissional habilitado perante a Sociedade Agravante.
- 3 O artigo 301, §§1º, 2º e 3º do Código de Processo Civil dispõem sobre litispendência e coisa julgada: "*Art. 301. § 1º. Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. § 2º. Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. § 3º. Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso*".
- 4 Verificada a ocorrência da litispendência, não há outra solução senão extinguir o processo sem julgamento de mérito, nos moldes do artigo 267, inciso V, do CPC: "*Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (...) V - quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada (...)*". 
- 5 Agravo Legal conhecido e desprovido.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

299
M

6 Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos este Agravo nos autos da apelação nº 0242988-3 (NPU nº 0039473-03.2000.8.17.0001), tendo como partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo Legal e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

300
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos autos da apelação nº 0242988-3 (NPU nº 0039437-03.2000.8.17.0001)

Agravante: PRO – ÍON LTDA

Agravado: Município do Recife

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO


Trata-se de Agravo proposto por PRO – ÍON LTDA contra Decisão Terminativa proferida às fls. 273/275, a qual negou provimento ao Recurso de apelação, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, e manteve a sentença que, nos autos da Ação Declaratória c/c Pedido de Tutela Antecipada, reconheceu a existência de litispendência e extinguiu o processo sem resolução do mérito, com base no art. 267, V do CPC.

Aduz o agravante, em apertada síntese, que inexistente litispendência entre a presente Ação e a de nº 001.1992.031652-3, porquanto as causas de pedir e os pedidos são distintos.

Requer, ao final, que essa Digna Câmara do Egrégio Tribunal conheça e dê provimento ao presente Recurso de Agravo, para o fim de dar seguimento e provimento à apelação.

É o relatório.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

301
A

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos autos da apelação nº 0242988-3 (NPU nº 0039437-03.2000.8.17.0001)

Agravante: PRO – ÍON LTDA

Agravado: Município do Recife

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO DE MÉRITO

Verifico a ocorrência de litispendência no presente caso, pois tramitou perante a 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital o Processo nº 0031652-68.1992.8.17.0001 (antigo 001.1992.031652-3/00), cujas partes são Município do Recife e PRO-ÍON LTDA, e cujo pedido diz respeito a cobrança de ISS com base no item 01 da lista de serviços constante da Lei nº 15.563/91, no intuito de que tal imposto seja recolhido com base no seu número de profissionais, e não com base em seu faturamento.

A presente Ação possui exatamente as mesmas partes, além da mesma causa de pedir e pedidos do Processo de nº 0031652-68.1992.8.17.0001. Embora estejam narrados de forma diferente, vê-se que os pedidos e a causa de pedir são idênticos, pois visam modificar a forma de recolhimento do ISS, conforme mencionado acima, para que seja recolhido com relação a cada profissional habilitado perante a Sociedade Agravante.

O artigo 301, §§1º, 2º e 3º do Código de Processo Civil dispõem sobre litispendência e coisa julgada: “Art. 301. § 1º. Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. § 2º. Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. § 3º. Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso”.

Verificada a ocorrência da litispendência, não há outra solução senão extinguir o processo sem julgamento de mérito, nos moldes do artigo 267, inciso V, do CPC: “Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (...) V - quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada (...)”.

Esse é o entendimento pacífico desta Corte de Justiça, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. LITISPENDÊNCIA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM APRECIACÃO DE MÉRITO COM BASE NOS ARTS. 301, V, C/C O ART. 267, V, AMBOS DO CPC. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. É sabido que, dentre os pressupostos negativos para a instauração válida e eficaz de qualquer processo judicial, está a litispendência. In casu, o sindicato autor/recorrente ajuizou duas ações ordinárias. A primeira, de nº 0033338-46.2002.8.17.0001 e, a segunda, de nº 001.2005.127624-1, ambas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

302
M

perseguido a mesma finalidade, ou seja, que os réus se abstivessem de efetuar descontos a título de contribuição previdenciária em relação a todas as parcelas remuneratórias que não venham a compor os proventos na aposentadoria, dentre estas, as retribuições pelo exercício de função gratificada e cargos comissionados de seus associados. 2. Configurada a litispendência o que justifica a extinção do feito, sem apreciação de mérito, com base nos arts. 301, V c/c o Art. 267, V, ambos do CPC revogando, em consequência, a decisão terminativa anteriormente prolatada. 3. Recurso de agravo não provido por unanimidade dos votos. (TJ-PE - AGV: 233093001 PE 0010506-70.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 30/08/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 164)

Outro não foi o entendimento da Douta Promotora em Exercício na 2ª promotoria de Justiça Cível da Capital que, em seu parecer de fls. 227/229, assim dispôs:

"Com efeito, a pretensão da autora nesta ação é obter declaração judicial reconhecendo o seu direito de recolher o ISS em relação a cada profissional habilitado e não pelo seu faturamento mensal. Outra não foi a pretensão esboçada na ação judicial processo nº 192031652-3, em que a autora e demais litisconsortes pleitearam o direito de sujeitar-se ao ISS através de alíquotas fixas em razão do número de profissionais habilitados, tendo o seu pleito julgado improcedente. Por sua vez, a Lei Municipal nº 16.474/99 foi editada com o objetivo de afastar questionamentos acerca de determinadas sociedades que não fazem jus ao benefício fiscal de que trata o art. 9º, §§ 1º e 3º do Decreto-lei 406/68, vindo a explicitar que não se consideram sociedades civis de profissionais as sociedades civis de profissionais as que especifica no § 2º do art. 117. Assim, a referida norma legal não causou qualquer alteração na esfera jurídica da autora posto que já reconhecido por sentença judicial o seu dever de recolher o ISS com base no seu faturamento mensal. O que pretende a autora é usar de subterfúgio para novamente questionar em juízo matéria que já se encontra definitivamente julgada."

Desta forma, voto pelo conhecimento do recurso de Agravo e nego-lhe provimento, devendo ser mantida a decisão terminativa proferida às fls. 273/275.

Recife, 27 de 09 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator